

Formação de docentes indígenas: *questões e desafios na Amazônia ocidental acreana*

Indigenous teachers' training:
issues and challenges in Acre's western Amazon

Formación de docentes indígenas:
problemas y desafíos en la Amazonía occidental indígena

 **MARK CLARK ASSEN DE CARVALHO***

Universidade Federal do Acre, Rio Branco – AC, Brasil.

 **FRANCISCA DO NASCIMENTO PEREIRA FILHA****

Universidade Federal do Acre, Rio Branco – AC, Brasil.

RESUMO: Este artigo situa e problematiza a educação escolar indígena no território acreano, com foco nas ações voltadas para a formação de professores/as indígenas. O estudo é de base empírica e documental, com análise dos dados adquiridos na rede estadual de ensino que oferta essa modalidade. Foram identificadas ações pontuais de formação, indicando ausência de uma política específica de formação de professores/as para o magistério indígena, evidenciando que nessa modalidade não há professores/as com contrato permanente. Isso implica reconhecer a necessidade de formulação de uma política de formação para professores/as indígenas, considerando a cultura e o tronco linguístico das etnias e populações tradicionais do Acre e o reconhecimento do magistério indígena como integrante do plano de cargos, carreira e remuneração da rede estadual de ensino.

Palavras-chave: Formação de professores. Magistério indígena. Educação escolar indígena. Acre.

* Doutor em Educação. Professor Titular no Centro de Educação, Letras e Artes e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre. Professor Permanente do Doutorado em Educação na Amazônia/Rede Educanorte. *E-mail:* <mark.carvalho@ufac.br>.

** Doutora em Educação. Professora Adjunta no Centro de Educação, Letras e Artes e professora colaboradora no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre. *E-mail:* <francisca.filha@ufac.br>.

ABSTRACT: This article contextualizes and problematizes Indigenous school education in the state of Acre, focusing on actions aimed at training Indigenous teachers. The study is empirical and documentary based, with analysis of data from the state education system that offers this modality. Even though specific training actions were identified, the state lacks a specific policy for Indigenous teachers' training and there are no teachers with permanent contracts in this modality. These findings highlight the need to develop a training policy for Indigenous teachers, considering the culture and linguistic trunk of the ethnic groups and traditional populations of Acre, as well as the recognition of Indigenous teaching as an integral part of the job, career and remuneration plan of the state education system.

Keywords: Teacher training. Indigenous teaching. Indigenous school education. Acre.

RESUMEN: Este artículo situa y problematiza la educación escolar indígena en el territorio del departamento de Acre, con foco en acciones dirigidas a la formación de profesores/as indígenas. El estudio es de carácter empírico y documental, con análisis de datos adquiridos en la red departamental de educación que ofrece esta modalidad. Se identificaron acciones específicas de formación, indicando la ausencia de una política específica para la formación de profesores/as para la docencia indígena, evidenciando que en esta modalidad no hay docentes con contrato permanente. Esto implica reconocer la necesidad de formular una política de formación de profesores/as indígenas, considerando la cultura y el tronco lingüístico de las etnias y poblaciones tradicionales del Acre y el reconocimiento de la docencia indígena como parte integrante del plan de trabajo, carrera y remuneración de la red departamental de educación.

Palabras clave: Formación de profesores/as. Docencia indígena. Educación escolar indígena. Acre.

Introdução

Para entender e contextualizar a formação de professores/as indígenas na educação superior no estado do Acre há que se ter como pano de fundo que, no âmbito dessas relações, se fazem presentes mais de 500 anos de uma história marcada

pela dominação e por tentativas de se aniquilar parte da diversidade étnica e cultural que marcam o território nacional. Dados do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai, revelam que o Brasil tem aproximadamente 1,7 milhão de indígenas, um total de 1.693.535 pessoas correspondendo a 0,83% dos/das habitantes. Embora a porcentagem pareça pequena, é uma população significativa, que continua a sofrer preconceitos, tentativas de extermínios e exclusão, reforçando a necessidade de políticas que resguardem seus direitos e garantias em diferentes esferas sociais conforme se prevê em lei (IBGE, 2022).

No que concerne o direito à educação, não se pode perder de vista que, no caso específico da formação escolar indígena, existem equívocos que perpassam desde as narrativas acerca da história das populações tradicionais às sucessivas tentativas de negação de garantias de direitos. No âmbito da educação escolar indígena, falta garantir que se respeitem e se considerem os modos próprios de transmissão e aprendizagem da cultura na língua do tronco étnico das diferentes etnias.

Assim, nesses limites, lançamo-nos no esforço de retratar panoramicamente traços que configuram a Educação Escolar Indígena no Acre, destacando questões específicas que, do ponto de vista da formação, concorrem para apresentar e descrever o estado da formação de professores/as indígenas, ou seja, a oferta de cursos específicos em nível médio (magistério indígena), em nível superior, através de Licenciatura Intercultural Indígena, ou pelo ingresso no Curso de Pedagogia ofertado pela Universidade Federal do Acre – UFAC, via Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor.

No estado do Acre, segundo José Alessandro Silva (2015), as escolas indígenas nasceram com o intuito de promover os conhecimentos matemáticos e da língua portuguesa a indígenas, para que pudessem administrar suas cooperativas – uma atividade alternativa, política e econômica que viria a substituir a relação de compras e endividamentos (de brancos/as e indígenas) nos conhecidos barracões. Nesse movimento, a Comissão Pro-Índio do Acre – CPI/AC exerceu um papel fundamental, pois as cooperativas foram sementes para a elaboração da primeira forma de ‘indigenismo pró-índio’ no estado. O apoio da CPI/AC à demarcação de terras e à posterior invenção da educação escolar indígena são consequências da criação das cooperativas cujas principais ações desenvolvem-se no âmbito de três programas: Programa de Educação e Pesquisa Indígena; Programa de Gestão Territorial e Ambiental; e Programa de Políticas (SILVA, 2015, p. 128).

Reconhecidamente, a ação da CPI/AC foi fundamental junto aos/as indígenas do Acre para fortalecer suas lutas pela conquista e pelo exercício de direitos coletivos territoriais, linguísticos e socioculturais. Para tanto, foram desenvolvidas ações que articulavam a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas, face a um contexto marcado pela luta por terra e liberdade para os/as indígenas diante de um sistema de exploração fundiária e dos recursos naturais no Acre. Pode-se dizer que, desde seu surgimento, em 1983, até a segunda metade da

década de 1990, as escolas nas aldeias detinham uma grande preocupação: ensinar língua portuguesa e matemática. Todavia, a partir da segunda metade da década de 1990, por estímulo de indigenistas da educação escolar filiados à CPI/AC, passou-se a incorporar a valorização cultural como “tema de formação”, apresentando a cultura enquanto elemento integrante do currículo escolar, conforme indicam as análises de Silva (2015).

Tendo como base os princípios da educação diferenciada, a CPI/AC propôs o primeiro projeto de educação escolar indígena intitulado *Uma Experiência de Autoria dos Índios do Acre*, responsável pela formação dos/das primeiros/as professores/as e assessores/as indígenas, dando início a um movimento que mesclava cursos e oficinas, voltados tanto para a formação de professores/as quanto para a formação de lideranças indígenas e responsáveis pelas ações de saúde no contexto (SILVA, 2015). Além das experiências pioneiras gestadas no âmbito da Comissão Pró-Índio – CPI/AC (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE, 1997), é particularmente importante registrar as ofertas do Curso de Magistério Indígena de Nível Médio pela Secretaria de Estado de Educação – SEE/AC; as demandas de formação incorporadas pelos cursos de licenciatura ofertados pela UFAC, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica/Parfor, principalmente o curso de Pedagogia, mesmo tendo sido pensado para atender um público de professores/as com perfis, experiências e práticas pedagógicas distintas da formação e do trabalho com educação escolar indígena; a implantação do Curso Superior no Campus Floresta da UFAC e, mais recentemente, a abertura de uma turma de Licenciatura Indígena pelo Edital 23/2023 do Parfor/Equidade-Capes.

Antes de nos reportarmos a cada uma dessas ações, consideramos oportuno demarcar como está disposta a oferta da educação escolar indígena no Acre, ressaltando que a maior concentração tem ficado sob guarda e manutenção da Secretaria de Estado de Educação – SEE/AC, sendo bem incipiente a oferta dessa modalidade por parte das redes municipais. Em função dessa especificidade, optamos por apresentar dados referentes à SEE/AC em todo o território do estado.

Segundo informações obtidas junto à Coordenação de Educação Escolar Indígena da SEE/AC, existem atualmente 149 escolas indígenas e 19 anexos funcionando como unidades de ensino. A distribuição desses ambientes pela extensão territorial do Acre indica que a regional Tarauacá/Envira, que abrange os municípios de Feijó, Tarauacá e Jordão, dispõe de uma quantidade maior de unidades, o que perfaz um total de 66 escolas e 13 anexos. A regional do Juruá, formada pelos municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, dispõe de 29 escolas e quatro anexos, enquanto a regional do Purus (Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus) conta com 26 escolas e, na regional do Alto Acre (Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri e Capixaba), estão localizadas 28 escolas.

Questões e ações de formação de professores/as indígenas no Acre

Com relação às políticas educacionais implantadas no Acre, assim como as iniciativas específicas para a formação de professores/as nas diferentes etapas e modalidades de educação, em que pesem alguns avanços, identificados nas décadas anteriores, por força da edição de programas especiais de formação, assiste-se a um processo crescente de desmonte das políticas de formação de professores/as, aspecto que indica desafios ainda maiores para atender as necessidades específicas de sua formação em diferentes áreas.

Decorre, portanto, da ausência de iniciativas do poder público a ampliação do processo de inadequação entre a área de formação e a disciplina na qual atua o/a professor/a nas redes públicas de ensino. No caso da Educação Escolar Indígena, esse quadro se manifesta de forma ainda mais perversa, com a seleção de professores/as sem nenhum tipo de formação, gerando projetos políticos pedagógicos alheios a cultura e especificidades das populações indígenas, sem contar o acesso ainda limitado das comunidades à educação escolar como direito, além das próprias diferenças linguísticas às vezes identificadas entre povos indígenas que habitam em um mesmo município – como é o caso de Feijó, município na regional do Envira, onde se identificam as etnias Huni Kui e Shanenawa, pertencentes à família linguística Pano; Madija, que pertence à família Arawa; e Ashaninka, que se vincula ao grupo linguístico Aruak.

A ilustração serve para destacar, além das diferenças e diversidades linguísticas, a complexidade relativa à efetivação do direito à educação, a carência de pessoal docente com qualificação mínima e toda sorte de dificuldades que permeiam o controverso processo de oferta e gestão da educação escolar indígena no Acre.

Na sequência são apresentadas informações que contribuem para caracterizar as diferentes formas pelas quais vem se dando a formação de professores/as indígenas. Logo de início uma dura realidade se revela, à exemplo da situação vivenciada por grande parte dos/das professores/as que atuam na Educação Básica no Brasil, qual seja, a persistência dos contratos temporários de trabalho.

O Curso de Formação em Ensino Médio Magistério Intercultural para Professores indígenas

O Projeto Pedagógico do Curso – PPC de magistério indígena de nível médio se orienta pela garantia do direito à educação escolar diferenciada, voltada especificamente para a educação escolar indígena e a formação de professores/as indígenas, de acordo com o arcabouço legal que referencia a oferta dessa modalidade, a saber, a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDBEN 9.394/96, a Resolução CNE/CEB nº 05/2012, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação

Básica e a Resolução CNE/CEB nº 01/2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores/as Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio.

A oferta e a necessidade do curso são prementes na realidade educacional acreana, considerando o elevado número de docentes que atuam nessa modalidade sem ter a formação mínima para atuar nas etapas iniciais da educação, por conta de aberturas facultadas pela própria legislação educacional. Tal realidade impõe como premente a necessidade de se elaborar uma política para a formação de professores/as indígenas que observe e respeite as distintas realidades sociolinguísticas de cada povo indígena. Nesse particular, a SEE/AC, como instituição que concentra a maior oferta de matrículas escolares para essa modalidade de ensino, instituiu o Curso de Formação em Ensino Médio Magistério Intercultural para Professores Indígenas, cuja proposta se assenta na construção de diálogo entre os saberes para o fortalecimento da política linguística de cada povo. A forma de operacionalização da proposta curricular ocorre em formato de alternância, no qual os/as professores/as indígenas em serviço atuarão em suas respectivas escolas e comunidades educativas, desenvolvendo atividades formativas definidas no currículo, respeitando as especificidades inerentes à educação escolar indígena de cada povo.

Em termos gerais, o Curso de Formação em Ensino Médio Magistério Intercultural para Professores Indígenas abrange as seguintes áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Fundamentos Teórico-Práticos da Formação do Professor. E se organiza a partir dos seguintes eixos temáticos: Educação Linguística; Educação Matemática; Ecologia Humana: Ciências Indígenas e Não Indígenas; Sociedade e Natureza: Interação entre os Saberes Tradicionais e os Saberes Ocidentais; Educação e Docência indígena.

A modalidade de oferta do curso é presencial e ocorre em dois momentos, sendo o primeiro presencial ofertado na cidade, em formato modular; e um segundo, também de natureza presencial/aldeia, com estágio supervisionado e o desenvolvimento de atividades de pesquisa em Educação Intercultural, com acompanhamento pela equipe pedagógica do setor encarregado pelo Departamento de Educação Escolar Indígena – DEEIND da SEE/AC.

A carga horária total do curso é de 2440 horas/aula, distribuídas em cinco módulos, com a finalidade de certificar professores/as para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Segundo informação da DEEIND, a emissão dos certificados a professores/as e cursistas concludentes fica sob a responsabilidade da Escola Ixübây Rabuï Puyanawa, localizada na Terra Indígena Puyanawa, aldeia Barão/Ipiranga, no município de Mâncio Lima. Considerando as necessidades de formação de professores/as indígenas e a demanda crescente de formação, a “SEE estabeleceu parceria com CPI/Acre para realização da formação inicial, adotando o Plano de Trabalho baseada na

Proposta Curricular do Magistério Indígena da referida Associação Civil, aprovada através da Resolução nº 171/93 do Conselho Estadual de Educação – CEE” (ACRE, 2018). A proposta em questão norteou a realização de 11 etapas de Cursos de Formação em Ensino Médio Magistério para Professores Indígenas no período de 2000 a 2014, conforme mostra a tabela 1:

Tabela 1: Cursos de Formação em Magistério Indígena – Modalidade Presencial/Cidade

Ano de Realização	Carga Horária	Nº de Participantes	Povos Participantes
2000	311	75	
2001	301	73	
2002	264	90	
2003	264	96	
2004	264	151	Kaxinawa, Ashaninka, Madija, Shanenawa, Puyanawa, Nawa, Nukini, Apolima
2005	412	137	Arara, Shawãdawa, Jaminawa, Jaminawa Arara, Yawanawa, Manchineri, Kuntanawa e Katukina
2006	88	14	
2007	264	164	
2008	396	249	
2010	391	229	
2014	396	340	

Fonte: DEEIND/SEE-AC, 2025.

No âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Acre, a Educação Escolar Indígena foi regulamentada em 2013 pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/AC, quando da aprovação da Resolução nº 189/2013, que definiu normas gerais para sua implementação na Educação Básica, seguida da Resolução nº 189 e da Resolução nº 273/2014.

No ano de 2018, o governo do estado sancionou a Lei nº 3.466, que dispõe sobre a Gestão Democrática Intercultural no âmbito da Educação Escolar Indígena, seguida da aprovação da Lei nº 3.467/2018, sobre a regulamentação das escolas e professores/as indígenas instituídos/as e mantidos/as pelo poder público do estado do Acre. Por seu turno, em 2019, o Conselho Estadual de Educação – CEE/AC, pela Resolução nº 352/2019, aprovou as matrizes curriculares adotadas pela Educação Escolar Indígena para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em 2021, a partir da aprovação do Decreto nº 8.512, o governo do estado do Acre estabeleceu a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes – SEE, criando o Departamento de Educação Escolar Indígena – DEEIND, “uma unidade orgânica subordinada diretamente à Diretoria de Ensino,

com o propósito de coordenar a educação escolar indígena no âmbito da Rede Estadual de Ensino” (ACRE, 2018). No ano seguinte, em 2022, a proposta do Curso de Formação em Ensino Médio Magistério Intercultural para Professores Indígenas foi encaminhada para análise pelo Conselho Estadual de Educação/CEE-AC, oportunidade na qual foram retomadas as tratativas para abertura de novas turmas face à crescente demanda por formação. Assim, no início de 2025 deu-se início a novas turmas, atendendo a 92 professores/as indígenas de diferentes etnias e oriundos/as dos seguintes municípios: Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.

Tabela 2: Formação/Escolarização por etnia

Etnia	Formação/Escolarização				Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio Magistério Indígena	Ensino Superior	
Ashaninka	6	0	0	1	7
Huni Kuĩ	30	59	19	80	188
Jaminawa	9	9	1	1	20
Jaminawa Arara	0	4	0	0	4
Madija	15	0	0	1	16
Manchineri	22	6	2	2	32
Nawa	0	9	0	7	16
Noke Koĩ	2	7	2	2	13
Nukini	0	5	0	22	27
Puyanawa	0	1	1	25	27
Shanenawa	0	27	3	38	68
Shawãdawa	7	22	2	2	33
Yawanawa	1	16	6	16	39
Não indígena	2	22	0	24	48
	94	187	36	221	538

Fonte: DEEIND/SEE-AC, 2025.

Segundo os dados apresentados na tabela 2, a etnia Huni Kui tem um quantitativo maior em todas as etapas: Fundamental, Ensino Médio, Ensino Médio Magistério Indígena e Ensino Superior, alcançando uma totalidade de 188 professores/as com formação em nível médio e nível superior. Evidencia-se também uma forte incidência de

professores/as leigos/as, ou seja, sem formação, mesmo em nível médio, para estarem no exercício da docência. Essa situação concorre para reforçar a imperiosidade da oferta do Curso de Formação em Ensino Médio Magistério Intercultural para Professores Indígenas como estratégia que, a médio prazo, pode contribuir para a redução do índice de professores/as indígenas sem formação. Contudo, é igualmente importante reforçar que, para além de assegurar a formação específica, o poder público deve investir na adoção de políticas de valorização do magistério indígena associando formação específica com a realização de concurso público direcionado a esse segmento do magistério que, no caso da realidade analisada, é constituído somente por professores/as contratados/as em caráter temporário.

Na tabela 3 apresentamos informações relativas à distribuição dos/das professores/as indígenas por município acreano, considerando o nível de formação/escolarização.

Tabela 3: Formação/Escolarização por município

Município	Formação/Escolarização				Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio Magistério Indígena	Ensino Superior	
Assis Brasil	26	8	2	4	40
Sena Madureira	5	2	1	1	9
Manoel Urbano	7	0	0	0	7
Santa Rosa do Purus	6	5	2	14	27
Feijó	8	81	6	93	188
Tarauacá	22	36	19	31	108
Jordão	6	0	1	4	11
Cruzeiro do Sul	2	6	2	11	21
Rodrigues Alves	0	10	0	2	12
Mâncio Lima	0	15	1	55	71
Porto Walter	7	23	2	4	36
Marechal Thaumaturgo	5	0	1	2	8
	94	186	37	221	538

Fonte: DEEIND/SEE-AC, 2025.

Das informações constantes na tabela 3, destacamos duas questões que consideramos relevantes à discussão e à análise propostas neste estudo, quais sejam, os municípios que apresentam o maior contingente de professores/as com apenas Ensino Fundamental e aqueles que apresentam um número maior de professores/as com formação superior.

Em relação à primeira situação, o município de Assis Brasil apresenta um universo de 26 professores/as e Tarauacá 22 professores/as que têm apenas o Ensino Fundamental como etapa de formação. Na outra situação, isto é, municípios com maior contingente de professores/as com formação superior, se encontram Feijó, com 93, Mâncio Lima, com 55, e Tarauacá com 31 professores/as licenciados/as. No caso dos números do município de Feijó, computamos como diretamente relacionados à ação do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica/Parfor, haja vista que nessa cidade houve oferta de turmas pelo programa desde que foi instituído na UFAC.

O Parfor e a formação de professores/as indígenas no Acre: uma ação paliativa

O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica/Parfor foi formulado a partir do Decreto nº 6.755/2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, sob a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada dos/das professores/as da Educação Básica.

A partir do termo de cooperação entre a Universidade Federal do Acre, estado e municípios, o Parfor foi implementado em 2012, com início já no primeiro semestre 2013. O Programa tem como objetivo contribuir na formação de professores/as que atuam na docência e que não têm formação em nível superior; ou que tenham formação em nível superior, mas que atuem em áreas diferentes das de sua formação, atendendo ao disposto na Lei nº 9394/1996 (PEREIRA FILHA, 2022). Segundo informam os dados obtidos junto à Coordenação Institucional do Programa na UFAC, desde sua implantação até os dias atuais, o Parfor vem se constituindo como única política específica para formação de professores/as que atuam na formação básica, contribuindo significativamente para elevar seu nível de formação, em que pese o fato de não haver uma política de absorção e incorporação desses/as profissionais às redes públicas de ensino, ante a ausência de realização de concursos públicos para efetivar seus contratos de trabalho.

Conforme já salientamos, na concepção original do Programa não constava a formação específica de professores/as indígenas. No caso da realidade educacional acreana, e pelo fato de o programa absorver tantos professores/as efetivos/as quanto professores/as com contratos temporários, o Parfor acabou se apresentando como alternativa para parte dos/das professores/as indígenas receberem formação superior em curso de licenciatura, mesmo que essa formação não dialogasse com as questões específicas da educação escolar indígena, tampouco com a variedade linguística que caracteriza os povos indígenas do Acre. Assim, muitos/as professores/as indígenas de diferentes etnias que atuavam na rede e atendiam os critérios para ingresso no programa tiveram suas pré-inscrições

convalidadas e realizaram formação superior pelo Parfor no Acre. Em levantamento recente junto à Secretaria do Programa na UFAC foi-nos possível identificar a seguinte distribuição:

Tabela 4: Professores indígenas formados pelo Parfor/UFAC (2013-2023)

Município	Ano Entrada/conclusão	Curso	Quantidade de alunos indígenas
Cruzeiro do Sul	2018 – 2023	Pedagogia	1
Feijó	2014 – 2019	Pedagogia	29
	2018 – 2023	Pedagogia	7
Tarauacá	2014 – 2019	Pedagogia	3
	2016 – 2020	Letras Português	8
Jordão	2013 – 2018	Pedagogia	4
Santa Rosa	2013 – 2018	Pedagogia	9
	2018 – 2023	Pedagogia	6
	2022 – Andamento	Pedagogia	3
	2023 – Andamento	Pedagogia	9
Marechal Thaumaturgo	2013 – 2018	Pedagogia	4
Total			83

Fonte: Dados organizados pelos autores com base em informações obtidas na Coordenação Institucional do Parfor/UFAC, 2025.

Conforme a tabela 4, tem-se um demonstrativo de 83 indígenas que já se formaram e outros/as em formação nas turmas em andamento, abertas em 2022 e 2023 através de edital da Capes. Diante desses dados, podemos afirmar que o Parfor, mesmo não tendo um currículo específico voltado para os/as professores/as indígenas, vem contribuindo significativamente com a sua formação em diferentes municípios do estado do Acre.

O Curso de Licenciatura Indígena do Campus Floresta da UFAC

A trajetória de desenvolvimento institucional da Universidade Federal do Acre – UFAC é marcada por sua inserção forte, constante e por iniciativas junto às redes públicas de ensino, mormente a oferta e a implantação de programas emergenciais de formação de professores/as, programa de interiorização da graduação, além de outras iniciativas ofertadas através de parcerias e convênios institucionais com o governo do estado do Acre e as prefeituras dos municípios.

Em 2005, a UFAC elaborou proposta de um curso de educação superior indígena, o Programa Integrado de Licenciaturas para Professores Indígenas da Amazônia Sul-Ocidental. A elaboração desse programa ocorreu com profissionais da própria universidade, como a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e departamentos acadêmicos, em parceria com um grupo técnico interinstitucional formado pela Secretaria de Educação do Estado do Acre, representantes indígenas, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas e organizações indígenas como Funai, Funasa, entre outras.

Em 2006, dando continuidade ao processo de consolidação de um Curso de Licenciatura para Professores Indígenas, a UFAC criou uma nova comissão formada por professores/as da própria instituição no Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul, vinculada ao Centro de Educação e Letras, para elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso – Portaria nº 700, de 27 de abril 2006. Mas foi somente em 2008 que a UFAC veio a dar forma a um curso superior específico para formação de professores/as, quando da aprovação e criação do Curso de Licenciatura Indígena. Criado pela Resolução UFAC/CONSU nº 5 de 15 de abril de 2008, confere o título acadêmico Licenciado/a em Educação Escolar Indígena com Habilitação em Linguagens e Artes ou Humanidades ou Ciências.

Segundo informações internas da instituição, a partir de processo seletivo específico, as ações formativas tiveram início no ano de 2008; no segundo semestre, as aulas da primeira turma começaram atendendo um contingente de 29 alunos/as, oriundos/as de 10 povos indígenas do estado do Acre – Kaxinawá, Ashaninka, Puyanawa, Nukini, Shawãdawa, Katukina, Yawanawá, Shanenanawa, Manchineri e Laminava – e um discente do estado do Amazonas, da etnia Marubo.

Nos anos de 2013 a 2015, o Projeto Pedagógico do Curso passou por reformulação, tendo como base a necessidade da “presença dos até hoje, ‘não incluídos’ na sociedade brasileira, dentre outros grupos sociais, as populações indígenas” (UFAC, 2015, p. 20) e a garantia do direito ao acesso/permanência e também iniciativas institucionais e pedagógicas que viabilizassem o diálogo entre os diferentes saberes. Neste sentido, o Curso de Licenciatura Indígena caracteriza-se por princípios considerados fundantes, como:

Uma perspectiva antropológica própria a cada sociedade indígena representada no curso;

Uma perspectiva dialógica e diacrônica crítica entre diferentes saberes, práticas e sistemas socioculturais;

Componentes curriculares e áreas dialogando através de projetos e temas correlacionados que partem de contextos e problemáticas indígenas;

A valorização de línguas, meios e linguagens próprias indígenas;

A perspectiva da interculturalidade – do diálogo entre diferentes pontos-de-vista históricos e saberes (PPC, 2014/2015, p. 21).

São esses princípios que dão base ao objetivo geral do curso, que é:

Criar um ambiente de produção, aprendizado e troca de conhecimento que propicie o enriquecimento tanto dos indígenas quanto da universidade neste processo, e que possa estimular as pesquisas, a prática pedagógica e outras atividades desenvolvidas durante o curso, de modo a possibilitar a atuação dos docentes egressos no processo educacional de seus povos em todo Ensino Fundamental e Médio (PPC, 2014/2015, p. 24).

Para criar um ambiente de produção, aprendizados e troca de conhecimentos na interface entre a universidade e os povos indígenas, o documento apresenta um planejamento conjunto entre as organizações indígenas e a Universidade, através de parcerias, mas também de disciplinas e conteúdo que compõem o currículo do curso, com indígenas em escolas indígenas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores Indígenas. Consolidar uma educação escolar indígena pautada em princípios da diferença, bilinguismo/multilinguismo, da interculturalidade e do comunitarismo, bem como no respeito à diversidade entre os sistemas de conhecimento e o dialogismo previsto no Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (BRASIL, 1998; ACRE, 2015).

O Curso de Licenciatura Indígena é ofertado no Campus Floresta, município de Cruzeiro do Sul, através de processo seletivo próprio definido por edital, com os seguintes critérios para inscrição: ser indígena, ter Ensino Médio completo, comprovar experiência na atuação em educação, pesquisas relacionadas às línguas e aos conhecimentos tradicionais e/ou outros projetos comunitários. O curso oferece 50 vagas para inscrição. Contudo, levando em consideração a natureza de alguns componentes e as especificidades dos/das acadêmicos/as, o PPC do curso propõe a divisão da turma em duas, ambas com 25 alunos/as.

O Curso de Licenciatura Indígena da UFAC tem como perfil do/da egresso/a um/uma profissional apto/a a atuar no contexto de diversidade linguística, política, social e ambiental do estado do Acre e da região amazônica. Habilita também para exercer funções diversas em todas as dimensões do processo educacional, bem como em outros campos de atuação nos quais se faça necessária a especialidade no conhecimento indígena. Indo ao encontro do prescreve a Lei nº 3.467 de 2018 do estado do Acre, que regulamenta as escolas e perfil dos professores indígenas instituído pelo estado.

O Parfor Equidade na UFAC

O Parfor Equidade é uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, juntamente com a Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC. É uma ação especial dentro do programa Parfor, o qual já beneficiou aproximadamente 100 mil professores/as da Educação Básica que não possuíam formação adequada na área para atuação nas escolas públicas. Seu objetivo central é formar professores/as em licenciaturas específicas para atendimento das redes públicas de Educação Básica ou das redes comunitárias de formação por alternância, que ofereçam educação escolar indígena, quilombola e do campo, educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos/as. Entre seus objetivos específicos estão:

Oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação, aos professores indígenas, quilombolas e do campo, ou os que atuam na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância;

Formar docentes e pedagogos para a atuação na educação escolar indígena, na educação do campo, na educação escolar quilombola, na educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos, em consonância com as Diretrizes Curriculares específicas de cada grupo;

Fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo deste edital, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos, tempos e espaços;

e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa (BRASIL, 2023, s/p).

Pelo Edital 23/2023 do Parfor Equidade, a UFAC foi contemplada com 30 vagas vinculadas ao Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Indígena mantido no Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul. As ações de formação realizadas em regime de alternância foram iniciadas em novembro de 2024, a partir de um conjunto de articulações feitas junto às redes públicas de ensino para assegurar o deslocamento desses/as professores/as das sedes de seus municípios até o Campus Floresta.

Importante destacar que os/as professores/as que compõem essa turma são originários de nove municípios acreanos de diferentes regiões geográficas do estado, o que impõe uma logística diferenciada dentro das condições de deslocamento na Amazônia Ocidental acreana, implicando percursos aéreo, fluvial e terrestre no período de aulas. Além disso, é oportuno frisar que esse universo conta com professores/as contratados/as provisoriamente pelas redes de ensino, que deveriam, antes do início do curso, criar condições para manter seus vínculos enquanto perdurasse a formação acadêmica. Diferentemente das ofertas anteriores feitas pelo Parfor, as turmas constituídas no âmbito do Parfor Equidade são beneficiárias de um bolsa no valor de R\$ 700,00 reais, custeadas pela Capes e pagas aos/as cursistas enquanto perdurar sua formação.

Para fins meramente ilustrativos, demarcamos na tabela 5 a distribuição dessa clientela por município, rede de ensino e etnia.

Tabela 5: Parfor Equidade UFAC

Cidade	Rede de ensino	Etnias						Total Geral
		Humikuí	Kaxinawá	Manchineri	Noke Koi	Nukini	Shanenawá	
Assis Brasil	Estadual			1				1
Cruzeiro do Sul	Estadual				2			2
Feijó	Estadual	2					3	5
Mâncio Lima	Estadual					2		2
Marechal Thaumaturgo	Municipal		1					1
Porto Walter	Estadual						1	1
Rio Branco	Estadual			1				1
Santa Rosa	Estadual	2						13
	Municipal	3	8					
Tarauacá	Estadual	2	1					4
	Municipal		1					
Total Geral		9	11	2	2	2	3	30

Fonte: Elaborado pelos autores segundo dados da Coordenação Institucional do Parfor/UFAC, 2025.

A composição da turma do Parfor Equidade no estado do Acre tem uma representatividade de sete etnias, oriundas de nove municípios, totalizando 30 professores/as indígenas em formação. Chama a atenção o quantitativo de professores/as do município de Santa Rosa do Purus, com 13 professores/as indígenas: destes/as, dois vinculados ao quadro estadual e 11 vinculados/as à rede municipal do referido município, correspondendo a 39% do total de professores/as indígenas matriculados/as no programa. Vale ressaltar que essa cidade é conhecida como um dos municípios acreanos considerados de difícil acesso, em região fronteira com o Peru e com forte presença indígena na população urbana.

Considerações finais

Conforme anunciamos no início, o objetivo ao qual nos propusemos foi o de situar e problematizar a formação de professores/as no estado do Acre para atendimento das demandas específicas da educação escolar indígena, razão que nos moveu a incursionar pelas diferentes ações e experiências de formação voltadas para a formação de professores/as indígenas que se tem registro.

A partir das informações e dados os quais tivemos acesso, foi possível identificar que a maior oferta dessa modalidade está sob a condução da rede estadual de ensino e que inexistente uma política de valorização e fortalecimento da educação escolar indígena em uma unidade da federação tão fortemente marcada pela diversidade étnica e linguística, aspectos suficientemente fortes para impor a necessidade de políticas públicas específicas para esse segmento da população acreana, como direito e não como concessão do Estado.

Na análise pôde-se evidenciar, entre outras questões, que na realidade educacional da educação escolar indígena acreana persistem professores/as leigos/as, sem formação específica, com apenas o Ensino Fundamental – mesmo que também tenhamos identificado ações pontuais de formação que transitam entre o Ensino Médio como formação mínima e a formação superior, as quais ainda se mostram insuficientes face as carências de formação identificadas nos dados apresentados.

Outra questão que chama atenção e impõe a necessidade de medidas efetivas é o fato de o magistério indígena no Acre ser constituído somente por professores/as contratados/as em regime temporário, o que concorre para reproduzir uma realidade perversa nas redes públicas de ensino do estado, por conta da não realização de concurso para contratação efetiva, provocando a provisoriedade dos contratos e a alta rotatividade de professores/as.

Recebido em: 14/02/2025; Aprovado em: 03/04/2025.

Referências

ACRE. *Lei nº 3.467, de 27 de dezembro de 2018*. Dispõe sobre a regulamentação das escolas e professores indígenas instituídos e mantidos pelo Poder Público. Disponível em: <<https://www.legis.ac.gov.br/detalhar/2224>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC-SEF; Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, 1998.

Disponível em: <BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC-SEF; Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

Brasil. Decreto nº 6.755/2009. *Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento inicial e continuada, e dá outras providências*. Brasília, DF, Diário Oficial da União. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?Tipo=DEC&nu>. Acesso em: 10 de abr. 2025.

BRASIL. Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de professores da Educação Básica -Parfor Equidade. Edital 23/2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/22092023_Edital_2239591_SEI_2232888_Edital_Conjunto_23_2023.pdf . Acesso em: 13 maio de 2023

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. *Proposta Curricular Bilingue Intercultural para Formação de Professores Indígenas do Acre e do Sudoeste da Amazônia*. Rio Branco, 1997. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/proposta-preliminar-curricular-bilingue-intercultural-para-formacao-de>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

IBGE. *Censo demográfico 2022: quilombolas e indígenas, por sexo e idade, segundo recortes territoriais específicos*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73107>>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PEREIRA FILHA, Francisca do Nascimento. *Política de Formação de professores em contexto amazônico: o Parfor no estado do Acre*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SILVA, José Alessandro Cândido da. *Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena e a Formação de Professores Indígenas no Acre*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

UFAC. Resolução nº 08 de 15 de abril de 2008. Que trata da Organização da oferta dos Cursos em Graduação da Universidade Federal do Acre. Disponível em: <http://www2.ufac.br/site/ocs/conselho-universitario/resolucoes/resolucoes-de-2008/resolucao-no-08-de-15-de-abril-de-2008>. Acesso em: 12 abr. de 2025.

UFAC. *Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura Indígena*. Campus Floresta- Acre, 2015. Disponível em: <<https://www.ufac.br/site/cursos/indigenaczs/plano-de-curso.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2025.

UFAC. Professores indígenas formados pelo Parfor/UFAC entre 2013-2023. In: *Quantitativo de alunos matriculados no Programa Nacional de Professores da Educação Básica/Parfor*, 2025.